



ACÓRDÃO Nº969/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1969/2011.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Habitação - FEH
- 4- **Exercício:** 2010
- 5- **Responsáveis:** SIDNEY ROBERTSON OLIVEIRA DE PAULA (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** dica am
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1698/2016-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (Autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Fundo Estadual de Habitação - FEH. Exercício de 2010.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** à Prestação de Contas do **FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO - FEH**, relativo ao **EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010**, na Gestão do senhor **SIDNEY ROBERTSON OLIVEIRA DE PAULA**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, exercício 2010, nos termos art. 18 da LC n.º 06/91, c/c art. 22, inciso III, alíneas b, c e d c/c art. 25 da Lei 2423/96;
- 9.2. **Aplicar Multa** no valor de **R\$ 4.384,12** (Quatro Mil, Trezentos e Oitenta e Quatro Reais e Doze Centavos), ao Senhor **SIDNEY ROBERTSON OLIVEIRA DE PAULA**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, exercício 2010, referente a 10% do valor previsto no art. 54, § 2.º, da Lei nº. 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução TCE/AM nº 25/2012, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, **PELO CONJUNTO DA OBRA**, tendo em vista as impropriedades descritas no **ITENS 5.1 – I e II, 5.2 e 5.3** do Relatório/Voto (Itens 1 – subitem 1.1 e 1.4, 4 e 8 do Relatório Conclusivo DICA/AM), **ITEM 7.1** do Relatório/Voto (ITEM b, da Notificação 012/2011-DICOP.



ACÓRDÃO Nº969/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.2.1 - FIXAR O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, a contar da **NOTIFICAÇÃO**, para que o **RESPONSÁVEL** recolha, o valor da multa acima aplicada, aos cofres da Fazenda Pública Estadual (Encargos Gerais do Estado - SEFAZ) , com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

9.2.2 - AUTORIZAR A IMEDIATA COBRANÇA EXECUTIVA, nos moldes do art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, caso o **RESPONSÁVEL** não recolha o valor referente a multa aplicada por esta Corte de Contas e ainda a **INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA**, caso persista o débito.

9.3. Recomendar AO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO - FEH QUE OBSERVE COM RIGOR OS DISPOSITIVOS LEGAIS ABAIXO:

a) Art. 57, II, da Lei Federal n.º 8.666/93, uma vez que realizou a prorrogação de contrato para serviços considerados não contínuos, sem o devido amparo legal (**item 1, subitens 1.1 e 1.4, de restrição**);

b) Lei nº 4.320/64, que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro, tendo em vista ter realizado gastos com recurso para obras e instalações em despesa de custeio (**item 4, de restrição**);

c) Art. 104 e 105, da Lei nº 4.320/64, em razão do não registro no Balanço Patrimonial de despesas realizadas com desapropriação de imóveis às margens dos igarapés, para implementação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés em Manaus – PROSAMIM (**item 8, de restrição**).

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº969/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral